

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro V – Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos sócios e administradores
Companhia Brasileira de Diques
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Diques S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

www.bakertillybrasil.com.br



Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 - 4º e 12º andares - Cidade Monções
CEP: 04571-011 - São Paulo, SP - Tel.: (11)5504-3800 e Fax: (11)5504-3805



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos sócios e administradores
Companhia Brasileira de Diques
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

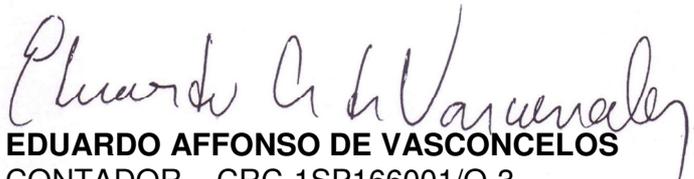
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Diques S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pela IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de março de 2013.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1


EDUARDO AFFONSO DE VASCONCELOS
CONTADOR – CRC-1SP166001/O-3

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes	5	184.421	4.844
Contas a receber - aluguéis	6	4.455.610	4.951.519
Créditos de impostos		1.120.514	1.220.569
Adiantamento a fornecedores		38.491	37.932
Despesas antecipadas		1.237.377	55.755
Ativo destinado à venda	8	104.109.154	104.109.154
Total do ativo circulante		111.145.567	110.379.773
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Créditos com empresas ligadas	7	6.341.635	192.036
Investimentos		1.000	1.000
Imobilizado	9	837.995.577	864.357.656
Intangível	10	140.404.457	140.407.161
Total do ativo não circulante		984.742.669	1.004.957.853
TOTAL DO ATIVO		1.095.888.235	1.115.337.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

PASSIVO	Nota explicativa	2012	2011
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	54.959.268	40.514.840
Fornecedores		36.275	1.774.936
Adiantamento de clientes		10.000.000	10.000.000
Impostos e contribuições a recolher	12	19.026.197	15.447.400
Impostos e contribuições diferidos	12	8.901.498	8.901.498
Debêntures	14	21.864.088	-
Outras contas a pagar	13	11.972.824	23.911.485
Indenizações trabalhistas a pagar		2.737.190	2.250.862
Total do passivo circulante		<u>129.497.339</u>	<u>102.801.021</u>
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	14	273.322.264	52.477.188
Impostos e contribuições a recolher	12	665.974	672.200
Impostos e contribuições diferidos	12	230.073.803	238.913.425
Acordos indenizatórios		-	972.655
Débitos com pessoas ligadas	7	63.506.085	65.227.974
Outras contas a pagar	13	-	215.203.018
Total do passivo não circulante		<u>567.568.126</u>	<u>573.466.460</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	1.650.549	1.650.549
Ajuste patrimonial		445.390.403	462.550.251
Prejuízos acumulados		<u>(48.218.182)</u>	<u>(25.130.655)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>398.822.770</u>	<u>439.070.145</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>1.095.888.235</u>	<u>1.115.337.626</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	Nota explicativa	2012	2011
Receita de aluguéis e arrendamento		61.353.787	35.988.020
Deduções, abatimentos e impostos		(5.688.760)	(3.328.892)
Receita líquida		55.665.027	32.659.128
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas		(3.862.361)	(21.206.708)
Depreciações e amortizações		(27.066.527)	(27.066.253)
Receitas financeiras		57.446	267.433
Despesas financeiras	16	(71.588.265)	(38.927.290)
Despesas extraordinárias		(2.269.889)	-
Equivalência patrimonial		-	465.005
		(104.729.595)	(86.467.814)
Resultado operacional		(49.064.569)	(53.808.684)
Receita não operacional			
Diversas		56.509	39.616
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(49.008.060)	(53.769.070)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.839.623	-
Prejuízo do exercício		(40.168.437)	(53.769.070)
Prejuízo por ação do capital social no final do exercício - R\$		(69,53)	(93,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

**QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste patrimonial	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	117.400.285	36.000	488.548.257	8.724.012	-	614.708.554
Efeitos Incorporação da controladora GFS Premium S.A	(115.749.736)	(36.000)	-	(8.724.012)	-	(124.509.748)
Ajuste da incorporação	-	-	-	-	(5.961.168)	(5.961.168)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(25.998.006)	-	25.998.006	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(53.769.070)	(53.769.070)
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	8.601.577	8.601.577
Em 31 de dezembro de 2011	1.650.549	-	462.550.251	-	(25.130.655)	439.070.145
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(17.159.848)	-	17.159.848	-
Ajuste exercício anterior	-	-	-	-	(78.938)	(78.938)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(40.168.437)	(40.168.437)
Em 30 de setembro de 2012	1.650.549	-	445.390.403	-	(48.218.182)	398.822.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(40.168.437)	(53.769.070)
Ajustes por:		
- Depreciação e amortização	27.066.527	27.066.253
Ajustes exercícios anteriores	(78.938)	
Equivalência patrimonial	-	(465.005)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.839.623)	
	<u>(22.020.471)</u>	<u>(27.167.822)</u>
 (ACRÉSCIMO) DECRÉSCIMO DE ATIVOS		
Contas a receber	495.909	(4.949.830)
Créditos de impostos	100.055	(822.535)
Créditos empresas ligadas	(6.149.599)	726.931
Adiantamento a fornecedores	(559)	1.670.713
Despesas antecipadas	(1.181.622)	(55.755)
Ativo destinado à venda	-	(104.109.154)
Outras contas a receber	-	1.839.891
 ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) DE PASSIVOS		
Fornecedores	(1.738.661)	360.625
Adiantamento por compra de ativos	-	10.000.000
Impostos e contribuições a recolher	3.572.570	2.313.285
Débitos com empresas ligadas	(1.721.889)	(19.007.806)
Acordos indenizatórios	(486.326)	(1.138.557)
Outras contas a pagar		229.477.738
 CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(29.130.593)</u>	<u>89.137.723</u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais) - (continuação)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado	701.743	(23.254.157)
Reclassificação de investimentos e intangível	-	104.109.154
Redução de capital em controlada	-	11.784.710
Aquisição de investimentos	-	(175.175)
Incorporação de intangível de controladora	-	(140.397.019)
Ajuste de incorporação		(5.961.168)
Caixa proveniente (aplicado) nas atividades de Investimentos	<u>701.743</u>	<u>(53.893.655)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos (pagos) tomados	14.444.428	6.408.054
Credores por compra de ativos	(227.141.679)	-
Debêntures	242.709.164	52.477.188
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	8.601.577
Redução de capital	-	(124.509.748)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>30.011.913</u>	<u>(57.022.929)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>179.577</u>	<u>(21.778.861)</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES		
Disponibilidades e valores equivalentes no início do Exercício	4.844	21.783.705
Disponibilidades e valores equivalentes no final do Exercício	<u>184.421</u>	<u>4.844</u>
	<u>179.577</u>	<u>(21.778.861)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITAS		
Aluguéis	61.353.787	35.988.020
Diversas	56.509	39.615
Imposto de renda e contribuição social	8.839.623	
	<u>70.249.919</u>	<u>36.027.635</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.874.241	18.612.425
Valor adicionado bruto	<u>68.375.678</u>	<u>17.415.210</u>
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(27.066.527)	(27.066.253)
Valor adicionado líquido	<u>41.309.151</u>	<u>(9.651.043)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	57.446	267.433
Resultado de investimento em controlada	-	465.005
Valor adicionado a distribuir	<u>41.366.597</u>	<u>(8.918.605)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Municipais	1.772.675	2.457.926
Federais	6.218.554	4.032.857
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e aluguéis	71.273.916	38.359.682
Itens extraordinários	2.269.889	
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(40.168.437)	(53.769.070)
Valor adicionado total distribuído	<u>41.366.597</u>	<u>(8.918.605)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Diques – CBD, constituída em 14 de agosto de 1998, tem por objeto social: (i) a exploração comercial de diques (secos ou flutuantes) e equipamentos, acessórios e seus periféricos, para o exercício de atividades de construção, reparação, reconstrução, conversão e manutenção de navios, embarcações, plataformas e demais equipamentos flutuantes em geral; (ii) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, de quaisquer atividades, como sócia acionista ou quotista, bem como sociedades em conta de participação ou de consórcios de empresas que tenham por finalidade desenvolver atividades direta ou indiretamente relacionadas com os seus objetivos ou com o das sociedades que participe.

Arrendamento de área

Em 21 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, arrendando área equivalente a 321.612 m² e respectivas benfeitorias de seu imóvel. Os recursos provenientes do arrendamento da área passaram a ingressar na Companhia no segundo semestre de 2011, após terem sido cumpridos o período de carência e as condições precedentes definidos no referido contrato.

Atualmente a totalidade da receita da companhia provém da atividade de aluguel e arrendamento de imóvel.

Incorporação de sociedade controladora

Em 15 de julho de 2011, através de Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação firmado entre as sociedades, foi proposta aos acionistas a incorporação da sociedade controladora, GFS – Premium Administração e Participações S.A, pela sociedade controlada, Companhia Brasileira de Diques, com base nas seguintes razões: a) os estudos realizados sobre a conveniência da incorporação revelam que a operação é vantajosa para as duas sociedades, resultando em substancial economia de custos através, principalmente, da centralização das suas operações, das administrações e dos ativos físicos e financeiros das sociedades; b) propiciará um melhor dimensionamento e facilidade na captação de recursos financeiros necessários às atividades da sociedade incorporadora, bem como da administração do seu resultado, de modo que os seus objetivos sejam alcançados com maior eficiência.

Em 05 de agosto de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a incorporação do acervo líquido da sociedade controladora apurado em 05 de julho de 2011 com base em laudo de avaliação emitido por peritos avaliadores. Neste mesmo ato societário foi aprovada a assunção pela Companhia de todos os direitos e obrigações subordinados às debêntures emitidas pela GFS Premium Administração e Participações S.A.

O acervo líquido incorporado pode ser assim resumido

				05 de julho de 2011 Final
ATIVO	CBD	GFS	Eliminações	
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	3.133.359	150		3.133.509
Adiantamento a fornecedores	6.340.166			6.340.166
Outras contas a receber	116.292.681			116.292.681
Não Circulante				
Empresas ligadas	91.677	25.985.639	(25.985.639)	91.677
Investimentos	1.000	132.121.465	(132.121.465)	1.000
Imobilizado	873.938.071			873.938.071
Intangível	11.494	140.397.019		140.408.513
Total do Ativo	999.808.447	298.504.274	(158.107.104)	1.140.205.617
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	393.053			393.053
Financiamentos	40.966.786	29.511.125		70.477.911
Imp. e contrib. a recolher	14.957.416			14.957.416
Indenizações trabalhistas a pagar	880.292			880.292
Outras contas a pagar	337.452	195		337.647
Não Circulante				
Empresas ligadas	86.071.673	13.993.655	(25.985.639)	74.079.689
Financiamentos	2.862.667	201.845.900		204.708.567
Indenizações trabalhistas a pagar	2.617.245			2.617.245
Imp. e contrib. a recolher/diferidos	242.795.419			242.795.419
Debêntures		51.502.850		51.502.850
Patrimônio Líquido				
Capital social	117.400.285	1.575.440	(117.400.285)	1.575.440
Reservas de capital	36.000		(36.000)	
Ajuste patrimonial	475.549.254			475.549.254
Reserva de retenção de lucros	13.143.674		(13.143.674)	
Resultado do exercício	1.797.232	75.109	(1.541.507)	330.834
Total do Passivo	999.808.447	298.504.274	(158.107.104)	1.140.205.617

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que os aprovaram.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

c) Consolidação

A Companhia deixou de apresentar demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício de 2011, devido à intenção de venda do investimento mantido na controlada Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. que, conforme descrito na nota explicativa nº 9, passou a ter o tratamento contábil e correspondente classificação de ativo destinado à venda.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao serviço são transferidos para o cliente. A receita de arrendamento mercantil do imóvel é reconhecida no resultado mensalmente em observância ao Instrumento Contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

b) Estimativas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; análise do risco de crédito para determinação da estimativa da perda por créditos de liquidação duvidosa; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com controladas e coligadas e outros recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia registra títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são registrados inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, contas garantidas, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2011 e 2012.

d) Disponibilidades e equivalentes

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

e) Contas a receber

São registradas pelo valor da locação mensal, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Como resultado da avaliação de contas a receber em aberto, não houve a necessidade de complemento da estimativa de perda por créditos de liquidação duvidosa da Companhia.

Em função dos prazos de recebimentos serem inferiores a 30 (trinta) dias, os efeitos de ajustes a valor presente dos saldos de contas a receber não é relevante.

f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Créditos e débitos com pessoas ligadas

As transações com partes relacionadas decorrem de operações financeiras que a Companhia e as empresas ligadas, para a gestão de fluxo de caixa.

h) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos são mensurados conforme as políticas contábeis aplicáveis ao ativo. A partir do momento em que são classificados como mantidos para venda, eles são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, os Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos à aplicação do referido método.

i) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação do Custo Atribuído (*Deemed Cost*). A depreciação foi, a partir do ano de 2010, calculada com taxas mencionadas na nota nº 10, as quais foram estimadas com base em estudos de especialistas e ajustadas para atendimentos às normas estabelecidas pela legislação societária brasileira.

A adoção do Custo Atribuído (Deemed Cost), mencionado na nota 9, foi baseada na Resolução CFC nº 1.255/09 – NBCTG 1000 (NBC T 19.41) e a Resolução CFC nº 1.263/09 – ITG 10. Os ajustes tomaram por base laudo de empresa especializada independente que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como seu valor residual.

j) Intangível

Ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada das perdas no valor recuperável, quando aplicável.

k) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, em contrapartida do resultado do exercício.

l) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

m) Provisões

Uma provisão é registrada, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando existentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, quando existentes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são lançados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; e (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

p) Imposto de renda e contribuição social

Não foram constituídos créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre respectivamente, prejuízos fiscais e base negativa acumulados, em função da incerteza de atendimento integral dos requisitos exigidos pelas normas contábeis. Foram constituídos passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre os valores atribuídos ao custo do imobilizado, atendendo a Resolução CFC nº 1.189/09 e resolução CFC nº 1.263/09.

q) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro por ação é calculado considerando-se o número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro)

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, possam impactar os negócios da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

5. DISPONIBILIDADES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Bancos conta movimento	11621	3.560
Aplicações financeiras	172.800	1.284
	<u>184.421</u>	<u>4.844</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em títulos de renda fixa, com taxa remuneratória média mensal de 0,90% do CDI. Os prazos de resgate não ultrapassam 60 dias da data do balanço.

6. CONTAS A RECEBER

Corresponde substancialmente ao valor do arrendamento mensal decorrente da operação descrita na nota explicativa nº 1.

7. CRÉDITOS E DÉBITOS COM EMPRESAS E PESSOAS LIGADAS

		<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo não circulante			
Bric Brazilian Inter. Complex S.A.	(a)	6.234.603	90.096
Briclog Armazéns Gerais Ltda.	(a)	107.032	101.940
		<u>6.341.635</u>	<u>192.036</u>
Passivo não circulante			
Bric Brazilian Inter. Complex S.A.	(a)		15.296.782
Inepar SA Adm e Participações	(b)	30.746.445	28.430.952
Fator Empreendimentos	(b)	22.570.272	19.263.958
Portbank Consultoria	(a)	59.966	59.966
Venilton Tadini	(a)	220.565	112.025
Active International	(a)	1.288.803	1.288.803
IESA Oil & Gas	(c)	8.583.385	775.488
Carlos Histoshi F. Castro	(b)	36.649	
		<u>63.506.085</u>	<u>65.227.974</u>

- (a) Operações financeiras para gestão de fluxo de caixa. Não há incidência de juros nas transações.
- (b) Operações financeiras para gestão de fluxo de caixa. Atualizados em parte pela variação do CDI em parte pela variação do CDI acrescido de 1% ao mês
- (c) Operação financeira para gestão de fluxo de caixa. Atualizados pela variação do CDI acrescido de 0,8% a 1% ao mês.

8. ATIVO DESTINADO À VENDA

Em 2 de junho de 2011, a Wilson Sons Limited, por meio de sua subsidiária Brasco Logística Offshore Ltda., firmou contrato com a Companhia Brasileira de Diques para aquisição da totalidade das quotas representativas de sua participação no capital da Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. ("Briclog"), aditivado em 27 de fevereiro de 2013 quanto a prorrogação dos prazos de conclusão da operação para 3 de junho de 2013. A conclusão da aquisição está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Foram recebidos como adiantamento R\$ 10 milhões na assinatura do contrato. Na data do fechamento da operação, serão honrados R\$ 60 milhões após o cumprimento de todas as condições precedentes, R\$ 27.562.562,56 serão honrados no prazo de 90 dias da data do fechamento e o montante restante de R\$ 27.562.562,56 serão honrados no prazo de 330 dias contados da data de fechamento, sendo os três últimos serão pagas corrigidas monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em decorrência dessa operação, os investimentos na controlada (Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.) foram reclassificados para ativo destinado à venda. Em conformidade com pronunciamento técnico CPC 31 - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA e a resolução CFC Nº. 1.188/09, que aprova a NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a partir desse momento tal investimento passaria a ser avaliado por seu valor justo, caso este fôsse inferior ao valor contábil, que, contudo, é inferior ao valor de venda líquido das despesas para venda. O valor reclassificado é assim demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2011

Custo	17.223.579
Ágio	98.030.104
	<hr/>
	115.253.683
Resultado de equivalência até a reclassificação	465.005
Aquisição participação BNDES	175.175
Redução de capital	(11.784.709)
Ativo destinado à venda	<u><u>104.109.154</u></u>

9. IMOBILIZADO

	Depreciação ao ano - %	2012		2011
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		207.424.946		207.424.946
Instalações	4	1.003.215	(120.387)	882.828
Edificações	4	100.235.757	(12.028.291)	88.207.466
Móveis e utensílios	20	8.200	(1.366)	6.834
Diques	4	392.659.132	(47.119.096)	345.540.036
Cais	4	169.370.474	(20.324.456)	149.046.018
Benfeitoria em propriedades de terceiros	4	13.306.476	(1.596.777)	11.709.699
Imobilizado em andamento		35.177.750		35.177.750
		919.185.950	(81.190.373)	837.995.577
				864.357.656

A administração decidiu por apurar e registrar, em 2010, o Custo Atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada para preparação do laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

O laudo avaliou o valor do imobilizado em R\$ 884.000.000 que, comparados com o valor residual contábil do imobilizado, gerou um Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP de R\$ 781.229.182. O AAP foi registrado diretamente contra conta específica do Patrimônio Líquido (nota 15), deduzido do valor de IRPJ e CSLL diferidos (nota 10), no montante de R\$ 256.416.501.

10. INTANGÍVEL

	2012	2011
Software	13.523	13.523
Intangível (incorporado)	140.397.019	140.397.019
Amortização de Software	(6.085)	(3.381)
	140.404.457	140.407.161

O intangível registrado decorrente do processo de incorporação da sociedade controladora GFS Premium Administração e Participações S.A. descrito na nota explicativa nº 1, tem sua origem em ágio apurado pela GFS na aquisição da Companhia Brasileira de Diques junto a parte independente.

Tal ágio fundamenta-se na expectativa de rentabilidade futura e, em consonância com a NBC TG 1000 (NBC T 19.41), NBC T 19.10, item 107 e NBC T 19.18, itens 49 e 50 vigentes desde 1º de janeiro de 2009, não foi amortizado, estando sujeito à análise anual de recuperação efetuada pela Administração, que não identificou a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável, visto que o valor estimado de realização excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Garantias</u>	<u>Encargos</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Capital de giro				
Banco Pine S.A	Aval e recebíveis	CDI + 0,7655	41.539.445	40.000.000
Banco Panamericano S.A.	Aval e recebíveis	CDI + 0,70%	13.419.823	-
Conta garantida				
Banco Pine S.A.	Sem garantia	CDI + 0,765%	-	514.840
			<u>54.959.268</u>	<u>40.514.840</u>

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER E DIFERIDOS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ e CSLL diferidos sobre ajuste de valor patrimonial	238.975.301	247.814.923
IRPJ a recolher	2.792.855	2.228.409
CSLL a recolher	883.928	833.110
COFINS	3.892.466	3.799.196
PIS	837.265	817.019
ISS	2.909	4.139
IPTU a pagar	10.428.297	7.535.223
Outros impostos	854.451	902.504
	<u>258.667.472</u>	<u>263.934.523</u>
Circulante		
Imposto e contribuição social diferidos	8.901.498	8.901.498
Impostos a recolher	19.026.197	15.447.400
Não circulante		
Imposto e contribuição social diferidos	230.073.803	238.913.425
Impostos a recolher	665.974	672.200

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos a pagar – IVI (a)	4.348.423	239.114.503
Opinião S.A (b)	2.700.000	-
Walter Appel e outros	4.924.401	-
Outras	-	-
	<u>11.972.824</u>	<u>239.114.503</u>
(-) Circulante		- (23.911.485)
Não circulante		- 215.203.018

- (a) Saldo a pagar a Indústrias Verolme-Hishibras S.A – IVI, proveniente da incorporação da sociedade controladora GFS, descrito na nota explicativa nº 1, correspondente à aquisição parcelada das ações da Companhia Brasileira de Diques, amortizável em parcelas vencíveis até dezembro de 2013 e sujeito a encargos financeiros correspondentes a variação do IGP-M acrescida de 12% a.a. O montante devido à IVI foi repactuado através da operação de emissão de debêntures por eles subscritas, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

- (b) Corresponde ao refinanciamento de uma das amortizações devidas a Indústrias Verolme-Hishibras S.A – IVI (item a acima), com pagamento de juros antecipados e vencimento até junho de 2013.

14. DEBÊNTURES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
1ª emissão de debêntures	56.576.668	52.477.188
2ª emissão de debêntures	259.020.583	258.514.692
Debêntures em carteira	<u>(20.410.899)</u>	<u>(258.514.692)</u>
	<u>295.186.352</u>	<u>52.477.188</u>
(-) Circulante	21.864.088	-
Não circulante	273.322.264	52.477.188

- 1ª emissão de debêntures: série única, não conversíveis em ações, ocorrida em 14 de julho de 2009, emitidas 37.984.000 debêntures, sujeita a atualização monetária com base na variação do IGP-M, com prazo final de vencimento em 10 de fevereiro de 2016.

Emissão ocorrida na GFS Premium Administração e Participação, incorporada pela CBD – Companhia Brasileira de Diques S.A em 2011, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

- 2ª. emissão de debêntures simples: não conversíveis em ações, com garantia real, em dez séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação pela Companhia Brasileira de Diques, ocorrida em 15 de setembro de 2011. Emitidas 2.424 (duas mil quatrocentas e vinte e quatro) debêntures, sendo 186 títulos mantidos em carteira em 31/12/2012, sujeitas a encargos financeiros correspondentes a variação do IGP-M acrescida de 12% a.a., amortizáveis até janeiro de 2022. Essas debêntures foram subscritas pela IVI em quitação da dívida descrita na nopta explicativa nº 13 a.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social de R\$ 1.650.549, subscrito e integralizado, é representado por 577.712 ações ordinárias.

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no país e no exterior, está distribuído da seguinte forma:

Sócios	Ações	%
Inepar Administração e Participações S/A	288.856	50,00%
Active Internacional Investments Ltd.	216.642	37,50%
Partbank Cons. Fin. Adm. Bens e Part. S/S Ltda.	54.882	9,50%
Venilton Tadini	8.666	1,50%
Carlos Hitoshi Fuda Castro	5.777	1,00%
Manoel Horácio Francisco da Silva	2.889	0,50%
	577.712	100,00%

- b) Ajuste avaliação patrimonial: refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (*deemed cost*) dos itens do ativo imobilizado registrado no exercício de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 9, deduzido da provisão de imposto de renda diferido, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Na medida em que os bens, objeto de atribuição de novo valor, forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

16. DESPESAS FINANCEIRAS

	2012	2011
Juros sobre empréstimos e tributos	21.909.679	36.416.289
Comissões e despesas bancárias	2.504.307	1.899.957
IOF / IOC	409.187	611.044
Deságio na colocação de Debêntures	2.020.042	-
Juros e encargos s/ Debêntures	44.745.050	-
	71.588.265	38.927.290

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não mantém operações significativas com instrumentos financeiros e não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com suas operações financeiras são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia e parametrizadas com as taxas de mercados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não possui operações relevantes cujos efeitos nas oscilações de taxas possam ocasionar perdas significativas, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as análises de sensibilidade de oscilações das taxas.

18. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e outros itens sujeitos a riscos, a qual foi determinada pela Administração, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Maurício Bernardo Cerdeira Leibovitz
Diretor Presidente

José Luiz de Franco
CRC RJ 036918/O-4 T SP